

Prefeitura do Município de Bertioga
Estado de São Paulo
Estância Balneária

TERMO DE COLABORAÇÃO n° 003/2019.

Termo de Colaboração que entre si celebram a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BERTIOGA, por intermédio da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO e a Organização da Sociedade Civil – OSC, PROMOVE Ação Sócio Cultural para os fins que especifica.

Pelo presente instrumento de direito, nesta e na melhor forma, de um lado a **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BERTIOGA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob n° 68.020.916/0001-47, com sede na Rua Luiz Pereira de Campos, 901, Centro, Bertioga - SP, por intermédio da **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**, neste ato representada pelo Secretário de Educação, Sr. RUBENS ANTONIO MANDETTA DE SOUZA, portador da cédula de identidade RG n° 9.545.732-X SSP/SP e CPF/MF n° 005.630.708-03, doravante denominada **PREFEITURA**, e de outro lado a **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC**, denominada **PROMOVE Ação Sócio Cultural**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o n° 69.127.611/0001-00, com sede na Cidade de São Paulo, no endereço Rua Nestor Pestana, 125 – Consolação – São Paulo/SP, CEP 01303-010, neste ato representada por seu representante legal Sr^a. Maria Dilma de Alencar, Presidente, domiciliado a Avenida Julio Buono, 378 – casa 1 – Vila Gustavo – São Paulo/SP – CEP: 02201-000 – data Nasc.: 19/03/1947, portador do RG n° 7.785.427-5 SSP/SP e CPF n° 844.982.858-91, e-mail: contato@promove.org.br, conforme documento que fica arquivado no setor competente, doravante denominada simplesmente **OSC PARCEIRA**, resolvem firmar o presente Termo de Colaboração, com fundamento na Lei Federal n° 13.019, de 31 de Julho de 2014 e alterações, no Decreto Municipal n° 2.844, de 6 de Outubro de 2017, nos termos do Edital de Chamamento Público n° 003/2019 e seus anexos - Processo Administrativo n° 1500/2019, e Plano de Trabalho aprovado (fls. n° 1620/1723), todos parte integrante deste Termo de Colaboração, como se transcrito fossem, têm entre si justo e avençado o quanto segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

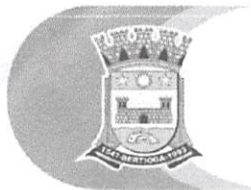
1.1. Constituiu objeto do presente instrumento a execução de Serviço de suporte ao atendimento educacional especializado para os alunos com necessidades educacionais especiais e suporte aos profissionais da educação infantil da Rede Pública de Ensino de Bertioga.

1.2. Os partícipes se obrigam a cumprir fielmente o Plano de Trabalho elaborado pela **OSC PARCEIRA** e aprovado pela **PREFEITURA**, parte indissociável deste instrumento ora juntado como Anexo I.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste instrumento será de 12 (doze) meses, contados de sua assinatura, podendo ser prorrogado, limitado ao prazo máximo de 60 (sessenta) meses, incluídas eventuais alterações, nas seguintes hipóteses:

a) por solicitação da **OSC PARCEIRA**, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à **PREFEITURA** em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes de seu término, mediante Termo Aditivo;



Prefeitura do Município de Bertioga

Estado de São Paulo

Estância Balneária

b) de ofício quando a **PREFEITURA** der causa no atraso da liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso justificado, mediante Certidão de Apostilamento.

2.2. Para a prorrogação do prazo de vigência de que trata a alínea “a” do subitem 2.1. é necessário parecer do Gestor atestando que a parceria foi executada a contento ou, em caso contrário, justificando o motivo do atraso na execução das metas. A prorrogação depende ainda de aprovação do Sr. **Secretário** da pasta responsável pela parceria, parecer da Secretaria de Assuntos Jurídicos e autorização do Exmo. Sr. Prefeito.

2.3. A prorrogação de vigência de ofício, de que trata a alínea “b” do subitem 2.1. objetiva o ajuste do prazo de execução das ações, a fim de não causar prejuízo na conclusão do objeto, não resultando, neste caso, novo aporte de recursos financeiros.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES

3.1. Em não havendo modificação do objeto da parceria, o Termo de Colaboração e respectivo Plano de Trabalho poderão ser alterados, por solicitação fundamentada e justificada pela **OSC PARCEIRA** ou pela **PREFEITURA**.

3.1.1. Referidas alterações deverão ser precedidas de manifestação por escrito, fundamentada e devidamente justificada, do:

a) **Gestor da parceria**, autorizando total ou parcialmente o pedido de alteração solicitado pela **OSC PARCEIRA**, com respectiva aprovação pelo **Secretário** da pasta responsável pela parceria, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado do recebimento da solicitação; ou da

b) **OSC PARCEIRA**, anuindo ao pedido de alteração proposto pelo **Gestor da parceria**, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado do recebimento da solicitação.

3.2. As alterações do Termo de Colaboração e/ou do Plano de Trabalho aprovado deverão ser formalizadas mediante:

a) **Termo Aditivo**, nos casos em que a alteração vier a:

a.1.) ampliar ou reduzir o valor global;

a.2.) prorrogar a vigência do prazo da parceria;

a.3.) alterar a destinação dos bens remanescentes.

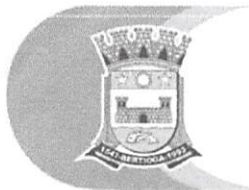
b) **Certidão de Apostilamento**, nas demais hipóteses de alteração, tais como:

b.1.) utilização de rendimentos de aplicações financeiras ou de saldos porventura existentes antes do término da execução da parceria;

b.2.) ajustes da execução do objeto da parceria no Plano de Trabalho;

b.3.) remanejamento de recursos sem a alteração do valor global.

3.2.1. Os Termos Aditivos serão precedidos de parecer da Procuradoria Geral do Município e autorização do Exmo. Sr. Prefeito.



Prefeitura do Município de Bertioga

Estado de São Paulo

Estância Balneária

3.2.1.1. Quando as alterações implicarem em ampliação ou redução do valor global da parceria (alínea a.1. do subitem 3.2.), o parecer jurídico deverá ser precedido de análise e manifestação do Órgão de Controle Interno.

3.2.2. A indicação dos créditos orçamentários para cobertura de cada parcela de despesa a ser transferida em exercício futuro será realizada por certidão de apostilamento.

3.2.3. Extratos de Termos Aditivos e os ofícios de prorrogação de vigência de que trata a alínea “b” do subitem 2.1 deverão ser publicados no Boletim Oficial do Município.

3.2.3.1. Cópia da publicação das referidas alterações deverá ser anexada ao processo administrativo de acompanhamento da execução da parceria e remetido ao representante legal da **OSC PARCEIRA**.

3.3. Independentemente de anuência da **OSC PARCEIRA**, serão apostiladas as:

- a) prorrogações da vigência do prazo efetuadas de ofício, antes de seu término, quando a **PREFEITURA** tiver dado causa ao atraso na liberação de recursos financeiros, ficando a prorrogação limitada ao exato período do atraso verificado;
- b) indicações dos créditos orçamentários de exercícios futuros;
- c) alterações efetuadas por interesse público, devidamente justificado.

CLÁUSULA QUARTA - DOS RESPONSÁVEIS PELA PARCERIA

4.1. da PREFEITURA: GESTOR DA PARCERIA

4.1.1. O servidor público nomeado abaixo como Gestor deste Termo de Colaboração, representará a Secretaria de Educação, na interlocução com a **OSC PARCEIRA**, tendo como obrigações:

Nome: Aparecido Fernando da Silva reg. Nº 2.485
Cargo: Assistente de Diretor de Escola
CPF: 300.970.048-20 RG: 32.468.829-5 SSP/SP
Data de Nascimento: 04/04/1980
Endereço Residencial Completo: Rua: Dois de Junho, nº. 172 – apto 18 – Vila Julia – Guarujá/SP – CEP: 11440-100
e-mail institucional: cido.seduc.bertioga@gmail.com
E-mail Pessoal: profernando1@hotmail.com
Telefone: 13 95538-0305

a) acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste Termo de Colaboração e respectivo Plano de Trabalho aprovado;

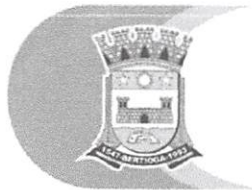
b) informar ao Secretário da pasta: i) quando houver inexecução da parceria, ii) quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida; iii) quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das ações e metas pactuadas no Plano de Trabalho, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução da parceria ou o inadimplemento da **OSC PARCEIRA** com relação a obrigações estabelecidas no presente Termo de Colaboração e iv) quando a **OSC PARCEIRA** deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela

\$

R

let

Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin.



Prefeitura do Município de Bertioga

Estado de São Paulo

Estância Balneária

Administração Pública Municipal ou pelo Órgão de Controle Interno ou Externo, os quais são impeditivos do ateste para a liberação das parcelas dos recursos;

c) comunicar à **OSC PARCEIRA** quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras impropriedades de ordem técnica ou legal;

c.1.) notificar a **OSC PARCEIRA**, no caso de verificadas irregularidades impeditivas de ateste, para sanar ou cumprir obrigação no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, prorrogável, no máximo, por igual período, a contar do recebimento da notificação;

d) sugerir ao Secretário da pasta a retenção das parcelas dos recursos financeiros, decorrido o prazo previsto na alínea c.1. do subitem 4.1.1 na hipótese de não atendimento à notificação;

e) formalizar ao Secretário da pasta a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;

f) emitir o relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeter à Comissão de Monitoramento e Avaliação para homologação, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela **OSC PARCEIRA**;

g) emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo dos relatórios técnicos de monitoramento e avaliação, submetendo-o à manifestação conclusiva do Secretário da pasta sobre a aprovação ou não das contas;

h) disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação, quando couber.

4.1.2. O Gestor poderá, quando necessário:

a) solicitar reunião com a Comissão de Monitoramento e Avaliação, apresentando informações sobre as ações realizadas pela **OSC PARCEIRA**, sugestões de melhorias, além de questões financeiras relacionadas ao período avaliado, se for o caso;

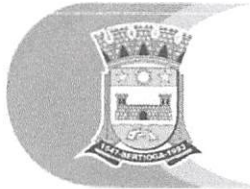
b) elaborar consulta sobre dúvida específica à Procuradoria Geral do Município, Secretaria de Finanças, Órgão de Controle Interno ou outras Secretarias e Órgãos que se fizerem necessários com fins de assessoramento jurídico e técnico que subsidie seus trabalhos.

4.1.3. O servidor público nomeado como SUPLENTE do Gestor, Sr. Sidnei Carlos Verdiano, Inspetor de Alunos, Registro nº 5.167 substituirá o Gestor quando este deixar de ser servidor público, quando estiver em licença, impedido e outras situações que o impeçam de exercer suas funções;

4.1.4. Aplicam-se ao Gestor e a seu Suplente os impedimentos constantes nos § 2º do art. 27 da Lei Federal nº 13.109/2014.

4.2. da **OSC PARCEIRA**:

4.2.1. A Srª. Maria Dilma de Alencar, Presidente, domiciliado a Avenida Julio Buono, 378 – casa 1 – Vila Gustavo – São Paulo/SP – CEP: 02201-000 – data Nasc.: 19/03/1947, portador do RG nº 7.785.427-5 SSP/SP e CPF nº 844.982.858-91, e-mail: contato@promove.org.br – institucional@promove.org.br Fone: (11) 2249-5539/3231-0337, é o responsável na interlocução com a **PREFEITURA**.



Prefeitura do Município de Bertioga

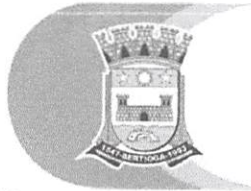
Estado de São Paulo

Estância Balneária

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

5.1. da PREFEITURA:

- a) publicar o extrato deste Termo de Colaboração no Boletim Oficial do Município no prazo máximo de 20 (vinte) dias a contar de sua assinatura;
- b) manter no sítio oficial por meio do Portal de Transparência, o nome da **OSC PARCEIRA** na relação das parcerias celebradas com OSC's, por prazo não inferior a 12 (doze) meses, contado da data de apresentação da prestação de contas final, devendo incluir no mínimo os dados elencados nos incisos do § único, incisos I a VI, do art. 11 da Lei Federal 13.019/2014;
- c) instruir o processo administrativo específico que trata da celebração deste Termo de Colaboração, com atos atinentes à alteração, liberação de recursos, monitoramento e avaliação da execução, bem como, prestação de contas;
- d) custodiar o processo administrativo que originou o chamamento público;
- e) fornecer manuais específicos, informando à **OSC PARCEIRA** eventuais alterações no seu conteúdo;
- f) informar à **OSC PARCEIRA** os atos normativos e orientações que interessam à execução e à prestação de contas do presente Termo de Colaboração;
- g) prestar o apoio necessário e indispensável à **OSC PARCEIRA**, para que seja alcançado o objeto deste Termo de Colaboração em toda a sua extensão e no tempo devido;
- h) transferir à **OSC PARCEIRA** os recursos financeiros previstos para a execução deste Termo de Colaboração, de acordo com a programação orçamentária e financeira da Prefeitura do Município de Bertioga e obedecendo ao cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho aprovado, que guardará consonância com as metas e ações de execução do objeto deste Termo de Colaboração;
- i) realizar o acompanhamento da execução orçamentária e financeira dos recursos transferidos;
- j) viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos referente a esta parceria;
- k) monitorar e avaliar o cumprimento do objeto e dos objetivos deste Termo de Colaboração, por meio de análises das informações e documentos constantes no processo administrativo, bem como, realizações de diligências e fiscalização, visitas *in loco*, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho, zelando pelo cumprimento do objeto, alcance das metas e dos resultados previstos e correta aplicação dos recursos repassados;
- l) designar novo Gestor e Suplente, na hipótese dos mesmos deixarem de ser agente público ou serem lotados em outro órgão ou entidade ou outro motivo como licenças, e designar novo Suplente, quando este passar a ser Gestor da parceria;
- m) propor, receber, analisar e, se o caso, aprovar as propostas de alteração deste Termo de Colaboração e do Plano de Trabalho;
- n) prorrogar de ofício o prazo de vigência deste Termo de Colaboração, antes de seu término, se der causa a atraso na liberação dos recursos, limitando a prorrogação ao exato período do atraso verificado;



Prefeitura do Município de Bertioga

Estado de São Paulo

Estância Balneária

- o) analisar os relatórios de execução do objeto;
- p) analisar os relatórios de execução financeira;
- q) analisar e decidir sobre a prestação de contas relativa a este Termo de Colaboração, nos termos dos artigos 31 a 38 do Decreto Municipal nº 2.844/2017 e na Cláusula Sétima deste instrumento;
- r) aplicar as sanções previstas na legislação pertinente, proceder às ações administrativas quanto à exigência e restituição dos recursos transferidos e instaurar tomada de contas especiais, quando for o caso;
- s) divulgar informações referentes à parceria celebrada em dados abertos e acessíveis no seu sítio eletrônico;
- t) exercer atividade normativa de controle e fiscalização sobre a execução da parceria, inclusive, se for o caso, reorientando as ações, de modo a evitar descontinuidade das ações pactuadas;
- u) possibilitar canal para informações sobre possíveis irregularidades na aplicação dos recursos transferidos, utilizando-se dentre outros meios, do Portal da Transparência da Prefeitura do Município de Bertioga.

5.2. da OSC PARCEIRA:

a) executar fielmente o objeto da parceria, de acordo com o Plano de Trabalho aprovado, com as cláusulas pactuadas e legislação pertinente, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Termo de Colaboração;

a.1.) zelar pela boa qualidade e eficiência das ações, atividades e serviços prestados, buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade e qualidade em suas atividades;

a.2.) executar o Plano de Trabalho aprovado, bem como aplicar os recursos públicos e gerir os bens públicos com observância aos princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia;

a.3.) garantir a manutenção da equipe técnica em quantidade e qualidade adequadas ao bom desempenho das atividades;

a.4.) manter durante a execução da parceria a regularidade das certidões previstas no inciso II do artigo 20 do Decreto Municipal nº 2.844/2017, as previstas na legislação específica e no edital de chamamento público;

b) manter e movimentar os recursos financeiros de que trata este Termo de Colaboração em conta bancária específica, em instituição financeira pública, inclusive os eventuais resultados de aplicação no mercado financeiro, aplicando-os, na conformidade do Plano de Trabalho, e exclusivamente, no cumprimento do seu objeto, observadas as vedações relativas à execução das despesas;

b.1.) não utilizar os recursos recebidos nas finalidades vedadas pelo art. 45, incisos I e II, da Lei Federal 13.019/2014;

c) apresentar o relatório de execução do objeto e o relatório de execução financeira e prestar contas à **PREFEITURA**, nos termos do Capítulo VIII do Decreto Municipal nº 2.844/2017, e Capítulo IV, da Lei Federal nº 13;019/2014;

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]



Prefeitura do Município de Bertioga

Estado de São Paulo

Estância Balneária

d) responsabilizar-se pela contratação e pagamento dos salários, verbas de convenção ou dissídio coletivo, verbas rescisórias, do pessoal que vier a ser necessário à execução do objeto da parceria, inclusive pelos encargos sociais e obrigações trabalhistas decorrentes, ônus tributários ou extraordinários e aqueles decorrentes de acidentes de trabalho de seus empregados, no desempenho de seus serviços ou em conexão com eles, que incidam sobre o instrumento;

d.1.) provisionar em escritura contábil específica, os valores referentes às verbas rescisórias;

e) permitir o livre acesso do Gestor da parceria, da Comissão de Monitoramento e Avaliação, de agentes públicos da secretaria responsável pelo presente Termo de Colaboração, dos servidores do Órgão de Controle Interno e do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, a todos os documentos relativos à execução do objeto deste Termo de Colaboração, bem como aos locais de execução da atividade, permitindo o acompanhamento *in loco* e prestando todas e quaisquer informações solicitadas;

f) utilizar os bens materiais e/ou equipamentos adquiridos com os recursos deste Termo de Colaboração em conformidade com o objeto pactuado;

g) por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste Termo de Colaboração, restituir à **PREFEITURA** os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias;

h) efetuar o seu registro contábil e patrimonial em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade, inclusive na hipótese de aquisição de bens com recursos da parceria;

h.1.) manter registros, arquivos, controles contábeis específicos para os dispêndios relativos a este Termo de Colaboração e documentos originais que compõe a prestação de contas, durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas final;

i) comunicar à **PREFEITURA** suas alterações estatutárias, devidamente registrada em cartório;

j) divulgar na internet e em locais visíveis da sede social da **OSC PARCEIRA** e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, todas as informações detalhadas no art. 11 e parágrafo único, da Lei Federal nº 13.019/2014;

k) submeter previamente à **PREFEITURA** qualquer proposta de alteração do Plano de Trabalho aprovado, na forma definida neste instrumento, observadas as vedações relativas à execução das despesas;

l) responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que se refere às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

m) responsabilizar-se exclusivamente pelo pagamento dos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, tributários, civis e comerciais relacionados à execução do objeto previsto neste Termo de Colaboração, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da **PREFEITURA**, a inadimplência da **OSC PARCEIRA** em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

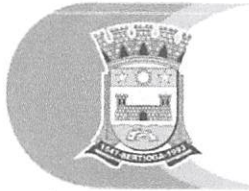
n) responsabilizar -se pela integridade dos materiais e/ou equipamentos disponibilizados pela **PREFEITURA** que estiverem sobre os seus cuidados;

o) quando for o caso, providenciar licenças e aprovações de projetos emitidos pelos órgãos competente, nos termos da legislação aplicável;

8

R

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature on the right side of the page.



Prefeitura do Município de Bertioga

Estado de São Paulo

Estância Balneária

- p) comunicar à **PREFEITURA**, por escrito, a ocorrência de fatos ou anormalidades que venham a prejudicar a perfeita execução da atividade;
- q) manter os recursos aplicados no mercado financeiro, enquanto não utilizados;
- r) não realizar pagamento antecipado com recursos da parceria;

CLÁUSULA SEXTA – DA FORMA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

6.1. Objetivando apoiar a regular gestão desta parceria, as ações de monitoramento e avaliação da execução do objeto pactuado, de caráter preventivo e saneador, são de competência do Gestor da parceria, e serão executadas, conforme periodicidade e demais procedimentos para realização da visita técnica *in loco*, estabelecidos nos atos normativos setoriais.

6.1.1. O resultado da visita *in loco* será circunstanciado em relatório de visita técnica *in loco* e enviado à **OSC PARCEIRA** para conhecimento, esclarecimentos e providências, caso sejam necessárias.

6.1.1.1. A visita técnica *in loco* não se confunde com as ações de fiscalização e auditoria que poderão ser realizadas a qualquer tempo, pelas Secretarias gestoras das parcerias, pelo Órgão de Controle Interno e pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

6.1.2. Serão realizadas pesquisas de satisfação dos beneficiários da atividade, com base em critérios objetivos de apuração de satisfação, que visem possibilitar melhorias nas ações desenvolvidas pela **OSC PARCEIRA** e aprimorar os serviços prestados, de forma a contribuir com o cumprimento dos objetivos pactuados, bem como, com a eventual necessidade de reorientação e ajuste das metas e ações definidas.

6.1.2.1. A pesquisa de satisfação poderá ser realizada diretamente pela **PREFEITURA**, com metodologia presencial ou à distância, com apoio de terceiros, por delegação de competência ou por meio de parcerias com órgãos ou entidades aptas a auxiliar na realização da pesquisa.

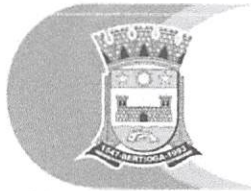
6.1.2.2. Os instrumentos a serem utilizados nas pesquisas deverão levar em consideração as características do público alvo, beneficiários diretos e indiretos, podendo ser utilizados questionários físicos e/ou eletrônicos, entrevistas, rodas de conversa, dentre outros.

6.1.2.3. A **OSC PARCEIRA** participará na elaboração ou opinará sobre o conteúdo do questionário que será aplicado.

6.1.2.4. A sistematização dos resultados da pesquisa de satisfação deverá ser circunstanciada em documento a ser enviado à **OSC PARCEIRA** para conhecimento, esclarecimentos e providências, caso sejam necessárias.

6.2. Serão emitidos relatórios técnicos de monitoramento e avaliação, pelo Gestor da parceria, no prazo de até 30 (trinta) dias, contado do encerramento de cada quadrimestre do ano civil, nos termos do artigo 27, §§ 1º e 2º, do Decreto Municipal nº 2.844/2017.

(Handwritten signatures and initials in blue ink are present at the bottom of the page, including a large signature on the right and several smaller ones below it.)



Prefeitura do Município de Bertioga

Estado de São Paulo

Estância Balneária

6.2.1. Referidos relatórios serão submetidos à Comissão de Monitoramento e Avaliação para homologação, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contado do seu recebimento, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela **OSC PARCEIRA**.

6.2.2. Após a homologação dos relatórios pela Comissão de Monitoramento e Avaliação, estes deverão ser encaminhados por correio eletrônico ao Órgão de Controle Interno da **PREFEITURA**, no prazo de até 03 (três) dias úteis, contado da data de homologação, para fins de fiscalização e controle.

6.3. Na hipótese do relatório técnico de monitoramento e avaliação evidenciar irregularidades, tais como, desvio de finalidade na aplicação dos recursos da parceria, atrasos na execução das ações e metas, descumprimento ou inadimplência da **OSC PARCEIRA** em relação a obrigações pactuadas, o Gestor da parceria notificará a **OSC PARCEIRA** para, no prazo de até 15 (quinze) dias, sanar a irregularidade, cumprir a obrigação ou apresentar justificativa para impossibilidade de saneamento da irregularidade ou cumprimento da obrigação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS E DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

7.1. A prestação de contas apresentada pela **OSC PARCEIRA** deverá conter elementos que permitam ao Gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas.

7.1.1. A análise da execução do objeto consiste na verificação do cumprimento das metas e dos resultados, tendo como base os indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho e na verificação do alcance dos resultados.

7.1.2. Serão glosados os valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente e aqueles que forem aplicados em finalidade diversa da prevista neste Termo de Colaboração.

7.1.3. A análise da prestação de contas deverá considerar a verdade real e os resultados alcançados.

7.2. A prestação de contas e todos os atos que dela decorram dar-se-ão em plataforma eletrônica, permitindo a visualização por qualquer interessado.

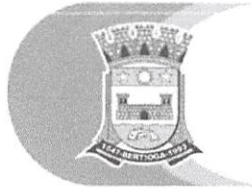
7.2.1. Até que a **PREFEITURA** possua sistema de prestação de contas que permita a visualização dos atos por qualquer interessado, deverá ser observado, no mínimo, o disposto nos artigos 10 e 11, incluído o parágrafo único da Lei Federal nº 13.019/2014.

7.3. Para fins de prestação de contas, a **OSC PARCEIRA** deverá apresentar, em até 10 (dez) dias úteis após o encerramento de cada quadrimestre do ano civil:

a) Relatório de Execução do Objeto, assinado pelo seu representante legal, que conterá:

a.1.) as ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;

a.2.) a demonstração do alcance das metas referentes ao período de que trata a prestação de contas, apresentando um comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;



Prefeitura do Município de Bertiooga

Estado de São Paulo

Estância Balneária

a.3.) os documentos de comprovação do cumprimento do objeto e realização das ações, como fichas de inscrição, listas de presença, fotos e vídeos, ou outros conforme o caso, devendo o eventual cumprimento parcial ser devidamente justificado.

b) Relatório de Execução Financeira, assinado pelo seu representante legal, demonstrando as receitas e as despesas aplicadas no objeto da parceria, inclusive dos rendimentos financeiros, nos moldes das instruções do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

b.1.) O relatório de execução financeira deverá ser acompanhado dos extratos bancários da conta específica vinculada à execução da parceria, da conciliação bancária e, quando houver previsão no plano de trabalho de contratação de pessoal e de pagamento de encargos, os comprovantes de recolhimento dos tributos oriundos da relação trabalhista, acompanhados da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social - GFIP, referentes ao período de que trata a prestação de contas.

7.4. Para fins de análise da prestação de contas, o Gestor deverá considerar, além do relatório de execução do objeto e do relatório de execução financeira, apresentados pela **OSC PARCEIRA**, os seguintes relatórios:

a) relatório de visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;

b) relatórios técnicos de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação.

7.5. Na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no Plano de Trabalho ou quando houver evidência de existência de ato irregular, o Gestor da parceria notificará a **OSC PARCEIRA** para apresentar, no prazo de até 15 (quinze) dias, os seguintes documentos:

a) cópia simples dos documentos fiscais, tais como, notas fiscais, cupom fiscal, faturas, recibos, holerites, guias de recolhimento dos encargos trabalhistas, impostos retidos na fonte de prestadores de serviços, acompanhados dos respectivos comprovantes de pagamentos e das Guias do Recolhimento do Fundo de Garantia e de Informações à Previdência Social - GFIP;

b) cópia dos comprovantes de pagamento de férias concedidas e do 13º salário, previstos no plano de trabalho;

c) cópia dos termos de rescisão contratual firmados no período e correspondentes termos de quitação das verbas rescisórias e do recolhimento do fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS, acompanhado do relatório GRRF ou outro que venha a substituí-lo;

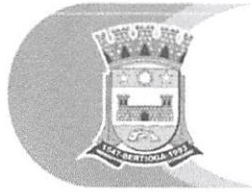
d) cópia das cotações de preços ou pesquisas realizadas para as compras e contratações;

e) extrato bancário da conta corrente específica vinculada à execução da parceria, bem como, extrato de aplicação financeira;

f) demonstrativo mensal dos rendimentos da aplicação financeira;

g) conciliação bancária da conta específica da parceria;

h) relação de bens adquiridos, quando houver;



Prefeitura do Município de Bertioga

Estado de São Paulo

Estância Balneária

i) memória de cálculo do rateio das despesas, quando houver.

7.5.5. Os documentos de que tratam as alíneas do subitem 7.5. supra, deverão ser apensados em processo administrativo distinto, a ser autuado pela secretaria responsável pela parceria, acompanhados dos relatórios de execução do objeto e de execução financeira.

7.5.6. Os documentos de que tratam as alíneas "a", "b" e "c" do subitem 7.5., deverão estar em nome da **OSC PARCEIRA** e identificados com o número do Termo de Colaboração.

7.5.7. Os originais dos documentos deverão ser apresentados no órgão responsável pela gestão da parceria, para que esse ateste a conferência nas cópias, não sendo aceitos, documentos ilegíveis, com rasuras ou com prazo de validade vencido.

7.6. A **OSC PARCEIRA** deverá apresentar Prestação de Contas Anual para fins de monitoramento do cumprimento das metas e dos resultados previstos no plano de trabalho.

7.6.1. A prestação de contas anual deverá ser apresentada até o dia 31 de janeiro do exercício financeiro seguinte à transferência dos recursos, podendo ser solicitada prorrogação de prazo, por até 15 (quinze) dias, desde que devidamente justificada.

7.6.2. A prestação de contas anual será composta pelos seguintes documentos:

a) a serem apresentados pela **OSC PARCEIRA**:

a.1.) relatório anual de execução do objeto, contendo as informações consolidadas dos relatórios trimestrais;

a.2.) relatório anual de execução financeira, contendo as informações consolidadas dos relatórios trimestrais;

a.3.) conciliação bancária do mês de dezembro da conta corrente específica da parceria, acompanhada dos respectivos extratos da conta corrente e da aplicação financeira;

a.4.) balanço patrimonial dos exercícios encerrado e anterior;

a.5.) demais demonstrações contábeis e financeiras, acompanhadas do balancete analítico acumulado no exercício;

a.6.) certidão expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade - CRC, comprovando a habilitação profissional dos responsáveis por balanços e demonstrações contábeis;

a.7.) na hipótese de aquisição de bens com os recursos recebidos, prova do respectivo registro contábil e patrimonial;

a.8.) declaração do representante legal e do conselho fiscal da **OSC PARCEIRA**, ou de órgão equivalente, acerca da regularidade dos gastos efetuados e da sua perfeita contabilização;

a.9.) declaração do representante legal e do conselho fiscal da **OSC PARCEIRA**, ou de órgão equivalente, de que os originais dos comprovantes de gastos contêm a identificação da **OSC PARCEIRA**, o tipo de repasse e número do ajuste, bem como da **PREFEITURA**;



Prefeitura do Município de Bertioga

Estado de São Paulo

Estância Balneária

a.10.) declaração do representante legal e do conselho fiscal da OSC, ou de órgão equivalente, acerca da regular quitação dos encargos e direitos trabalhistas, quando a parceria envolver gastos com pessoal;

a.11.) declaração do representante legal e do conselho fiscal da OSC, ou de órgão equivalente, acerca da realização das despesas da parceria em conformidade com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, motivação e interesse público;

a.12.) certidão negativa ou positiva com efeito de negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e à dívida ativa da união;

a.13.) certificado de regularidade do fundo de garantia do tempo de serviço - CRF/FGTS;

a.14.) certidão negativa ou positiva com efeito de negativa de débitos trabalhistas - CNDT;

a.15.) demais documentos exigidos nas instruções do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo de São Paulo, os quais serão informados à OSC, por meio de atos normativos da Administração Pública Municipal, podendo constar ainda, dos manuais elaborados pelo órgão de Controle Interno.

b) de responsabilidade da **PREFEITURA**:

b.1.) relatórios técnicos de monitoramento e avaliação, elaborados pelo gestor da parceria e homologados pela comissão de monitoramento e avaliação;

b.2.) parecer técnico de análise da prestação de contas anual, elaborado pelo Gestor da parceria;

b.3.) parecer conclusivo elaborado nos termos das instruções do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo de São Paulo.

7.6.2.1. Quando o final da vigência, prevista nos instrumentos jurídicos, não coincidir com o final do ano civil, o parecer técnico de que trata a alínea "b.2" do subitem 7.6.2., deverá apontar as perspectivas de cumprimento das metas e dos resultados da parceria.

7.6.3. A análise da prestação de contas anual terá como subsídio, o relatório anual de execução do objeto, os relatórios de visita in loco, os resultados das pesquisas de satisfação e os relatórios técnicos de monitoramento e avaliação, homologados pela comissão, devendo obrigatoriamente mencionar, para fins de avaliação quanto à eficácia e efetividade das ações já executadas:

a) as metas e os resultados já alcançados e os seus benefícios;

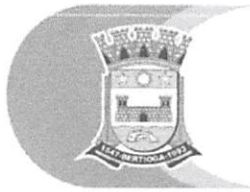
b) os efeitos da parceria, referentes:

b.1.) aos impactos econômicos ou sociais;

b.2.) ao grau de satisfação do público alvo;

b.3.) à possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto.

7.6.4. O Gestor da parceria deverá emitir o parecer técnico de análise da prestação de contas anual, no prazo de até 20 (vinte) dias, a contar do recebimento dos relatórios anuais de execução do objeto e de execução financeira.



Prefeitura do Município de Bertioga

Estado de São Paulo

Estância Balneária

7.6.5. Na hipótese de omissão na entrega da prestação de contas ou da análise concluir que houve descumprimento de metas e resultados estabelecidos no Plano de Trabalho ou que há evidência de existência de ato irregular, o Gestor da parceria, previamente à emissão do parecer técnico de análise da prestação de contas anual, notificará a OSC para, no prazo de até 10 (dez) dias:

- a) sanar a irregularidade;
- b) cumprir a obrigação;
- c) apresentar justificativa para impossibilidade de saneamento da irregularidade ou cumprimento da obrigação.

7.7. A **OSC PARCEIRA** deverá apresentar, sem prejuízo da prestação de contas anual, a prestação de contas final, após o término da vigência da parceria, por meio do Relatório Final de Execução do Objeto e do Relatório Final de Execução Financeira.

7.8. A análise da prestação de contas final irá fornecer elementos para a emissão do parecer técnico conclusivo do gestor e para a manifestação conclusiva da prestação de contas final, que deverá verificar o cumprimento do objeto, o atingimento das metas e o alcance dos resultados previstos no Plano de Trabalho e considerará:

- a) o Relatório Final de Execução do Objeto, elaborado pela **OSC PARCEIRA**, consolidando as informações de todo período da parceria;
- b) o Relatório Final de Execução Financeira, elaborado pela **OSC PARCEIRA**, consolidando as informações de todo período da parceria;
- c) os relatórios de visita técnica *in loco*;
- d) os resultados das pesquisas de satisfação;
- e) os relatórios técnicos de monitoramento e avaliação, homologados pela comissão de monitoramento e avaliação.

7.8.1. A **OSC PARCEIRA** deverá apresentar o comprovante de devolução de eventual saldo remanescente da parceria.

7.9. Na hipótese da análise de que trata o subitem 7.8. supra, concluir que houve descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho ou se houver evidência de existência de ato irregular, o Gestor da parceria, antes da emissão do parecer técnico conclusivo, notificará a **OSC PARCEIRA** para que apresente os seguintes documentos:

- a) cópia simples dos documentos fiscais, tais como, notas fiscais, cupom fiscal, faturas, recibos, holerites, guias de recolhimento dos encargos trabalhistas, impostos retidos na fonte de prestadores de serviços, acompanhados dos respectivos comprovantes de pagamentos e das Guias do Recolhimento do Fundo de Garantia e de Informações à Previdência Social – GFIP;
- b) cópia dos comprovantes de pagamento de férias concedidas e do 13º salário, previstos no plano de trabalho;

§

R

J

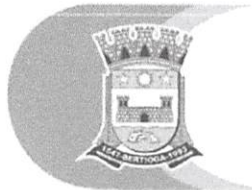
M

J

A

A

B



Prefeitura do Município de Bertioga

Estado de São Paulo

Estância Balneária

- c) cópia dos termos de rescisão contratual firmados no período e correspondentes termos de quitação das verbas rescisórias e do recolhimento do fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS, acompanhado do relatório GRRF ou outro que venha a substituí-lo;
- d) cópia das cotações de preços ou pesquisas realizadas para as compras e contratações;
- e) extrato bancário da conta corrente específica vinculada à execução da parceria, bem como, extrato de aplicação financeira;
- f) demonstrativo mensal dos rendimentos da aplicação financeira;
- g) conciliação bancária da conta específica da parceria;
- h) relação de bens adquiridos, quando houver;
- i) memória de cálculo do rateio das despesas, quando houver.

7.9.1. A análise do relatório de que trata o subitem 7.9 supra deverá observar:

- a) o exame da conformidade das despesas, analisando a compatibilidade das despesas previstas e das despesas efetivamente realizadas, por item ou por agrupamento de itens, conforme aprovado no plano de trabalho;
- b) a verificação da conciliação bancária, por meio da aferição da correlação entre as despesas constantes no relatório de execução financeira e os débitos efetuados na conta corrente específica da parceria; e
- c) a verificação do cumprimento das normas pertinentes.

7.10. A **OSC PARCEIRA** deverá apresentar:

- a) o Relatório Final de Execução do Objeto, no prazo de até 30 (trinta) dias, contado do término da vigência da parceria, prorrogável por até 15 (quinze) dias, mediante justificativa e solicitação prévia da **OSC PARCEIRA**;
- b) o Relatório Final de Execução Financeira, no prazo de até 30 (trinta) dias, contado do término da vigência da parceria, prorrogável por até 15 (quinze) dias, mediante justificativa e solicitação prévia da **OSC PARCEIRA**;

7.10.1. Os documentos originais relativos à execução da parceria deverão ser mantidos arquivados pela **OSC PARCEIRA**, durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas final.

7.11. A **PREFEITURA** deverá analisar a prestação de contas final, no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada.

7.11.1. O prazo para apreciar a prestação de contas final poderá ser prorrogado por até 30 (trinta) dias, desde que devidamente justificado.

7.11.2. O transcurso do prazo definido no subitem 7.11., e de sua eventual prorrogação, nos termos do subitem 7.11.1., sem que as contas tenham sido apreciadas:

§



Prefeitura do Município de Bertioga

Estado de São Paulo

Estância Balneária

a) não impede que a **OSC PARCEIRA** participe de outros chamamentos públicos e celebre novas parcerias;

b) não significa impossibilidade de sua apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos.

7.11.3. Se o transcurso do prazo definido no subitem 7.11, e de sua eventual prorrogação, nos termos do subitem 7.11.1, se der por culpa exclusiva da Administração Pública Municipal, sem que se constate dolo da OSC ou de seus prepostos, não incidirão juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo e a data em que foi emitida a manifestação conclusiva pela Administração Pública Municipal, sem prejuízo da atualização monetária pela Unidade Fiscal do Município de Bertioga-UFIB.

7.12. Os débitos a serem restituídos pela **OSC PARCEIRA** serão apurados mediante atualização monetária pela UFIB, acrescido de juros calculados da seguinte forma:

a) nos casos em que for constatado dolo da OSC ou de seus prepostos, os juros serão calculados a partir das datas de liberação dos recursos, sem subtração de eventual período de inércia da Administração Pública Municipal;

b) nos demais casos, os juros serão calculados a partir do decurso do prazo estabelecido no ato de notificação da **OSC PARCEIRA** ou de seus prepostos para restituição dos valores ocorrida no curso da execução da parceria.

7.12.1. Os débitos de que tratam o subitem 7.12., observarão juros de mora na razão de 1% ao mês, conforme legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Municipal.

7.13. O Gestor da parceria emitirá parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, que subsidiará a manifestação conclusiva do secretário da pasta responsável pela parceria sobre a aprovação ou não das contas.

7.14. A prestação de contas final será avaliada pelo Gestor da parceria como:

a) regular, quando expressar, de forma clara e objetiva, o cumprimento do objeto, o atingimento das metas e o alcance dos resultados da parceria;

b) regular com ressalva, quando evidenciar impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

c) irregular, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

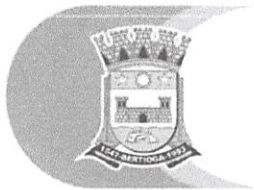
c.1.) omissão no dever de prestar contas;

c.2.) descumprimento injustificado do objeto e das metas estabelecidas no plano de trabalho;

c.3.) danos ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

c.4.) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

7.14.1. Sempre que cumpridos o objeto e as metas estabelecidas e alcançados os resultados da parceria e, desde que não haja comprovado dano ao erário, a prestação de contas final deverá ser julgada regular com ressalvas pela **PREFEITURA**, ainda que a **OSC PARCEIRA** tenha incorrido em falha formal.



Prefeitura do Município de Bertioga
Estado de São Paulo
Estância Balneária

7.15. A manifestação conclusiva da prestação de contas final será de responsabilidade do secretário da pasta responsável pela parceria, levando em consideração os pareceres técnico, financeiro e jurídico e o parecer conclusivo elaborado nos termos das instruções do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo de São Paulo e, deverá concluir, alternativamente, pela:

- a) aprovação da prestação de contas;
- b) aprovação da prestação de contas com ressalva;
- c) rejeição da prestação de contas com a imediata determinação das providências administrativas e judiciais cabíveis para devolução dos valores aos cofres públicos.

7.15.1. A hipótese da alínea “b” do subitem supra, ocorrerá quando, apesar de cumpridos o objeto e as metas, forem constatadas impropriedades ou falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário, sendo notificada a **OSC PARCEIRA** para a adoção das medidas necessárias a prevenir a reincidência.

7.15.2. A hipótese da alínea “c” do subitem supra ocorrerá quando comprovado dano ao erário, em qualquer das seguintes hipóteses:

- a) omissão no dever de prestar contas;
- b) descumprimento injustificado do objeto e das metas estabelecidas no plano de trabalho;
- c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
- d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

7.15.3. Diante das hipóteses a que se refere o subitem anterior a secretaria responsável pela parceria, sob pena de responsabilidade solidária do seu responsável, deverá adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

7.16. A manifestação conclusiva e a decisão sobre a prestação de contas final será encaminhada para ciência da **OSC PARCEIRA**.

7.16.1. A **OSC PARCEIRA** notificada da decisão de que trata o subitem 7.16. supra, poderá:

- a) apresentar recurso, no prazo de até 30 (trinta) dias, à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não reconsiderar a decisão no prazo de até 30 (trinta) dias, encaminhará o recurso ao Exmo. Sr. Prefeito, para decisão final no prazo de até 30 (trinta) dias;
- b) sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação, no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias, prorrogável, no máximo, por igual período.

7.17. Exaurida a fase recursal, a **PREFEITURA**, deverá:

- a) registrar em plataforma eletrônica as impropriedades que deram causa à rejeição;
- b) no caso de rejeição da prestação de contas final, notificar a **OSC PARCEIRA** para que, no prazo de até 30 (trinta) dias:

[Handwritten signatures in blue ink, including a large stylized 'F' and a signature that appears to be 'Dun']

[Handwritten mark in blue ink, resembling a stylized 'S']

[Handwritten signatures in blue ink, including a large stylized 'R', a signature that appears to be 'J', and a signature that appears to be 'H']



Prefeitura do Município de Bertiooga

Estado de São Paulo

Estância Balneária

b.1.) devolva os recursos financeiros relacionados com a irregularidade ou inexecução do objeto a que deu causa ou com relação a omissão na apresentação da prestação de contas;

b.2.) solicite o ressarcimento ao erário por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, nos termos do § 2º do art. 72 da Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações.

7.17.1. Compete exclusivamente ao Chefe do Poder Executivo autorizar o ressarcimento de que trata a alínea "b.2" do subitem supra, devendo estes, se pronunciarem sobre a solicitação, no prazo de até 30 (trinta) dias.

7.17.2. Os demais parâmetros para concessão do ressarcimento de que trata a alínea "b.2." do subitem supra, serão definidos observando-se os objetivos da política, do plano, do programa ou da ação em que a parceria esteja inserida.

7.20. Na hipótese de rejeição da prestação de contas final, o não ressarcimento ao erário ensejará a inscrição do débito na Dívida Ativa do Município de Bertiooga, por meio de despacho da autoridade competente.

CLÁUSULA OITAVA – DO VALOR TOTAL DE REPASSE, DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

8.1. Para a execução das ações e atividades previstas neste Termo de Colaboração, serão disponibilizados recursos no valor de R\$ 7.791.620,64 (sete milhões, setecentos e noventa e um mil e seiscentos e vinte reais e sessenta e quatro centavos), conforme cronograma de desembolso, constante do Plano de Trabalho aprovado (Anexo I deste instrumento).

8.2. As despesas com a execução deste Termo de Colaboração correrão por conta das seguintes dotações nº 01.19.03.12.365.0053.2138.3.3.50.43.00 emp. nº 619/20 de 22/01/20 – Tesouro – Educação Infantil – Creche – R\$ 197.606,00;
nº 01.19.03.12.365.0053.2138.3.3.90.34.00 emp. nº 620/20 de 22/01/20 – Tesouro – Educação Infantil – Creche – R\$ 1.737.774,93;
nº 01.19.03.12.365.0053.2138.3.3.90.34.00 emp. nº 1270/20 de 12/02/20 – Tesouro – Educação Infantil – Creche – R\$ 50.828,46;
nº 01.19.06.12.367.0056.2059.3.3.50.43.00 emp. nº 621/20 de 22/01/20 – Tesouro – Educação Especial – R\$ 671.100,00;
nº 01.19.06.12.367.0056.2059.3.3.90.34.00 emp. nº 622/20 de 22/01/20 – Tesouro – Educação Especial – R\$ 4.054.808,53;
nº 01.19.06.12.367.0056.2059.3.3.90.34.00 emp. nº 1271/20 de 12/02/20 – Tesouro – Educação Especial – R\$ 343.000,00;

CLÁUSULA NONA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

9.1. A liberação das parcelas dos recursos será efetivada em estrita conformidade com o cronograma de desembolso aprovado, valores e datas, após o ateste do gestor da parceria.

9.2. O número deste Termo de Colaboração deverá constar nos documentos fiscais comprobatórios das despesas.

9.3. As despesas relacionadas à execução da parceria serão executadas em estrita observância ao plano de trabalho aprovado e as cláusulas pactuadas, sendo vedado:



Prefeitura do Município de Bertioga

Estado de São Paulo

Estância Balneária

- a) utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria;
- b) pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;
- c) pagar despesa cujo fato gerador tenha ocorrido antes da vigência do instrumento da parceria;
- d) pagar despesas a título de taxa de administração;
- e) pagar multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da Administração Pública Municipal na liberação de recursos financeiros.

9.4. As parcelas previstas no cronograma de desembolso serão retidas no caso de apresentação de irregularidades impeditivas de ateste e/ou no caso de não atendimento à notificação para sanar ou cumprir obrigação, excetuando-se os casos de serviços essenciais que não podem ser adiados sob pena de prejuízo ao erário ou à população, desde que precedida de justificativa expressa e fundamentada do Sr. Secretário da pasta, para a continuidade dos repasses.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ASSUNÇÃO OU TRANSFERÊNCIA DE RESPONSABILIDADE

10.1. Nas hipóteses de inexecução por culpa exclusiva da **OSC PARCEIRA**, a **PREFEITURA** poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas e atividades pactuadas:

- a) retomar os bens públicos em poder da **OSC PARCEIRA**, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;
- b) assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela **OSC PARCEIRA** até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades;
- c) no caso de transferência da responsabilidade pela execução do restante do objeto da parceria, a Administração Pública Municipal, deverá convocar **OSC PARCEIRA** participante do chamamento público realizado, desde que atendida a ordem de classificação e mantidas as mesmas condições do instrumento anterior.
- d) Na impossibilidade justificada da convocação de que trata a letra “c” do subitem 11.1. ou na ausência de interesse das OSCs convocadas, a **PREFEITURA** assumirá diretamente a execução do objeto, podendo realizar novo chamamento público.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS BENS REMANESCENTES

11.1. Para os fins deste Termo de Colaboração, considera-se bens remanescentes equipamentos e materiais permanentes adquiridos com recursos da parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANCÕES



Prefeitura do Município de Bertioga

Estado de São Paulo

Estância Balneária

12.1. Quando a execução da parceria estiver em desacordo com o Plano de Trabalho, com as normas do Decreto Municipal nº 2.844/2017, da Lei Federal nº 13.019/2014 e da legislação específica, a **PREFEITURA** poderá aplicar à **OSC PARCEIRA** as seguintes sanções:

a) advertência;

b) suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebração de parceria ou contrato com órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, por prazo não superior a dois anos; ou

c) declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo.

12.1.1. A sanção de advertência tem caráter educativo e preventivo e será aplicada quando verificadas irregularidades que não justifiquem a aplicação de penalidade mais severa.

12.1.2. A sanção de suspensão temporária deverá ser aplicada nos casos em que for verificada fraude na celebração, na execução ou na prestação de contas da parceria, quando não se justificar a imposição de penalidade mais severa, considerando a natureza e a gravidade da infração, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os danos.

12.1.3. A sanção de advertência é de competência do Gestor da parceria.

12.1.4. As sanções de suspensão temporária e de declaração de inidoneidade são de competência exclusiva do Secretário da pasta responsável pela parceria.

12.1.5. A aplicação das penalidades previstas neste artigo poderá ser cumulativa a outras medidas civis, penais e administrativas cabíveis.

12.2. Compete ao Exmo. Sr. Prefeito decidir sobre recurso administrativo interposto em face de decisão de aplicação das penalidades, salvo nos casos de aplicação de advertência quando o recurso deverá ser endereçado ao Secretário da pasta responsável pela parceria.

12.3. A responsabilidade da **OSC PARCEIRA** será apurada com a observância do devido processo legal, assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a eles inerentes, devendo a aplicação das penalidades cabíveis respeitar os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

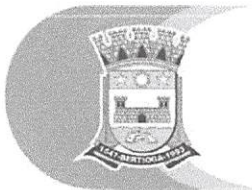
12.4. A autoridade competente notificará a **OSC PARCEIRA** e seus representantes quando verificada conduta irregular que lhes for atribuída, caracterizando a infração cabível e expondo os motivos da possibilidade de aplicação da sanção, para apresentar defesa, se quiserem.

12.4.1. A ciência da notificação assegurará vista imediata dos autos.

12.4.2. A notificação da **OSC PARCEIRA** deverá ser efetuada por correspondência com aviso de recebimento - AR ou mediante protocolo na sede ou filial da **OSC PARCEIRA**.

12.4.3. O prazo para apresentação de defesa, contado da data de juntada do aviso de recebimento - AR ou do protocolo da notificação aos autos do processo administrativo correspondente, será de:

a) 05 (cinco) dias úteis, quando as sanções propostas forem aquelas previstas no inciso I do artigo 39 do Decreto Municipal nº 2.844/2017;



Prefeitura do Município de Bertioga

Estado de São Paulo

Estância Balneária

b) 10 (dez) dias úteis, quando as sanções propostas forem aquelas previstas no inciso II do artigo 39 do Decreto Municipal nº 2.844/2017;

c) 20 (vinte) dias úteis, quando as sanções propostas forem aquelas previstas no inciso III do artigo 39 do Decreto Municipal nº 2.844/2017.

12.4.3.1. Com a apresentação de defesa, em qualquer caso, os órgãos técnicos deverão se manifestar e, quando se tratar de possibilidade de aplicação das sanções previstas nos incisos II e III do artigo 39 do Decreto Municipal nº 2.844/2017, deverá ocorrer também manifestação da área jurídica.

12.5. Decorrido o prazo para defesa e após a manifestação dos órgãos técnicos e jurídicos, se for o caso, o gestor ou Secretário da pasta, no prazo de 10 (dez) dias úteis, relatará o processo e decidirá, fundamentadamente, pela aplicação ou não da sanção, determinando, conforme o caso, o período de sua duração.

12.6. A decisão de aplicação das penalidades será publicada no Boletim Oficial do Município, assegurada a **OSC PARCEIRA** vista dos autos e oportunidade para apresentação de recurso administrativo no prazo de 10 (dez) dias úteis.

12.7. Interposto recurso pela **OSC PARCEIRA**, a autoridade recorrida o apreciará no prazo de 10 (dez) dias úteis, e, decidindo pela manutenção da penalidade aplicada, remeterá os autos à apreciação da autoridade superior para análise e julgamento do recurso no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

12.8. A ciência das decisões de primeira e segunda instância quanto à aplicação da penalidade será dada mediante publicação na Boletim Oficial do Município.

12.9. A reabilitação da sanção prevista no inciso III do art. 39 do Decreto Municipal nº 2.844/2017, poderá ser requerida após 02 (dois) anos da aplicação da penalidade e será concedida quando a **OSC PARCEIRA** ressarcir a **PREFEITURA** pelos prejuízos resultantes de sua conduta e/ou cumprir obrigação com ela firmada.

12.10. Prescreve em cinco anos, contados a partir da data de apresentação da prestação de contas, a aplicação das sanções previstas no art. 39 do Decreto Municipal nº 2.844/2017.

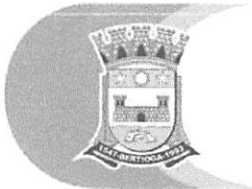
12.11. A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração de infração.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA CONCLUSÃO, DENÚNCIA E RESCISÃO

13.1. Este Termo de Colaboração poderá ser denunciado ou rescindido a qualquer tempo, com as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades, manifestada a intenção de qualquer das partes com pelo menos 60 (sessenta) dias de antecedência.

13.1.1. Na ocorrência de denúncia, os partícipes serão responsáveis somente pelas obrigações relativas ao período em que participaram voluntariamente da parceria.

13.2. Quando da conclusão, denúncia ou rescisão da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao Tesouro Municipal, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial.



Prefeitura do Município de Bertioga

Estado de São Paulo

Estância Balneária

13.2.1. Na devolução de que trata o subitem 13.2. e observada a vinculação legal dos recursos, deverá ser:

- a) estornada a despesa orçamentária, quando se tratar de devolução de recursos do próprio exercício; ou
- b) registrada a receita orçamentária, quando se tratar de devolução de recursos de exercícios anteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO SISTEMA DE PROVISIONAMENTO DE VERBAS RESCISÓRIAS

14.1. A **OSC PARCEIRA** adotará a sistemática de provisionamento de recursos para o pagamento futuro de verbas rescisórias dos profissionais que compõem as equipes de trabalho, mediante escrituração contábil específica.

14.1.1. O pagamento das verbas rescisórias de que trata o subitem 14.1., ainda que após o término da execução da parceria, será proporcional ao período de atuação do profissional na execução das metas previstas no plano de trabalho.

14.2. O montante da escrituração contábil específica será equivalente ao somatório dos valores das provisões previstos no plano de trabalho para o período de vigência da parceria, tais como 13º salário, férias, respectivos encargos e multa rescisória do FGTS nos casos de rescisão sem justa causa.

14.3. Para pagamento das verbas rescisórias de empregados mantidos na **OSC PARCEIRA** após o encerramento da vigência da parceria, a **OSC PARCEIRA** deverá efetuar a transferência dos valores da conta corrente específica da parceria para a sua conta institucional, apresentando:

- a) planilha de cálculo, elaborada por profissional da área de contabilidade, de recursos humanos ou outra área possuidora de competência técnica adequada na realização do cálculo, que indique a relação dos valores proporcionais ao tempo trabalhado e benefícios futuros, para cada empregado;
- b) comprovante de transferência dos valores provisionados em escrituração contábil específica, para a conta institucional da **OSC PARCEIRA**, ao término da parceria;
- c) documento que demonstre a ciência dos referidos empregados quanto ao ato da transferência dos recursos financeiros para o pagamento das verbas rescisórias, referentes ao período da parceria;
- d) declaração do representante legal da **OSC PARCEIRA**, firmada sob as penas da lei, de que a **OSC PARCEIRA** fica integralmente responsável pelas obrigações trabalhistas e pelo pagamento posterior ao empregado.

14.4. Os valores de que trata o subitem 14.3., somente poderão ser utilizados para pagamento de verbas rescisórias.

14.5. Os documentos de que tratam as alíneas “a” a “d” do subitem 14.3., deverão constar na prestação de contas final.

14.6. O uso indevido e a malversação dos recursos vinculados para liquidação de verbas rescisórias caracterizam apropriação indébita por parte da **OSC PARCEIRA**, devendo seus representantes legais responder administrativa, penal e civilmente por tal irregularidade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

§

R. J. M. H.

Handwritten text at the top of the page, possibly a title or header.



First paragraph of the document, containing several lines of text.

Second paragraph of the document, containing several lines of text.

Third paragraph of the document, containing several lines of text.

Fourth paragraph of the document, containing several lines of text.

Fifth paragraph of the document, containing several lines of text.

Sixth paragraph of the document, containing several lines of text.

Seventh paragraph of the document, containing several lines of text.

Eighth paragraph of the document, containing several lines of text.

Ninth paragraph of the document, containing several lines of text.

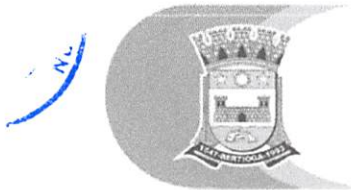
Tenth paragraph of the document, containing several lines of text.

Eleventh paragraph of the document, containing several lines of text.

Twelfth paragraph of the document, containing several lines of text.

Thirteenth paragraph of the document, containing several lines of text.

Final line of text at the bottom of the page, possibly a signature or reference.



Prefeitura do Município de Bertioga

Estado de São Paulo

Estância Balneária

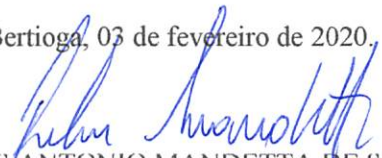
15.1. As partes elegem o foro da Comarca de Bertioga para dirimir eventuais questões decorrentes do presente Termo de Colaboração, que não foram selecionadas em prévia tentativa de solução administrativa, com a participação da Secretaria de Assuntos Jurídicos.


CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Colaboração, excluir-se-á o dia o início e incluir-se-á o dia do vencimento, prorrogando-se este para primeiro dia útil, se recair em dia sem expediente.

E, por estarem assim justos e de acordo com as cláusulas acima, assinam as partes o presente instrumento, composto por 34 (trinta e quatro) folhas, em 03 (três) vias, todas de igual teor e forma, para que produza seus efeitos legais, sendo a seguir arquivado em ordem numérica de acordo com a Legislação Municipal em vigor.


Bertioga, 03 de fevereiro de 2020.


RUBENS ANTONIO MANDETTA DE SOUZA
Secretário de Educação


APARECIDO FERNANDO DA SILVA
Assistente de Diretor de Escola


SIDNEI CARLOS VERDIANO
Inspetor de Alunos

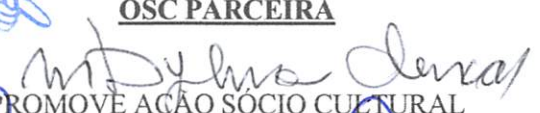
MEMBROS DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO


MARIA CRISTINA QUINTELLA SQUILLANTE
Diretora de Gestão Pedagógica/Diretora de Escola

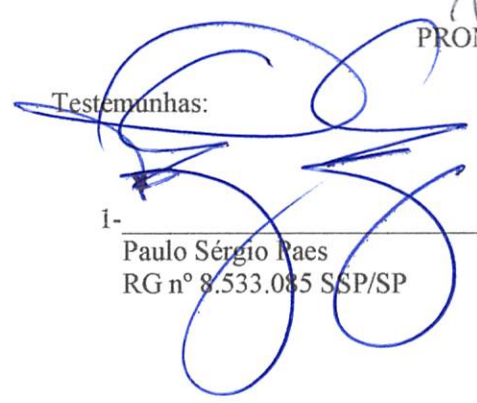

ADRIANO GONZAGA DA COSTA
Prof. de Primeira Infância

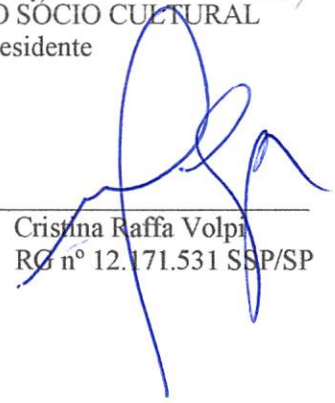

JACQUELINE AUGUSTA DA SILVA
Profª de Educação Básica II

OSC PARCEIRA


PROMOVE AÇÃO SÓCIO CULTURAL
- Presidente

Testemunhas:

1- 
Paulo Sérgio Paes
RG n° 8.533.085 SSP/SP

2- 
Cristina Raffa Volpi
RG n° 12.171.531 SSP/SP

CARTÓRIO DA VILA GUILHERME
47º REGISTRO CIVIL

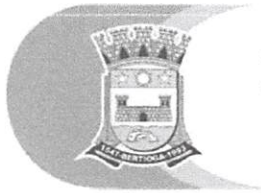
Dr. Érica Barbosa e Silva
Oficiala Designada
Av. Gal. Ataliba Leopoldo, 1498 - ZV
São Paulo/SP - Tel. (11) 3999-6010

Reconheço, por semelhança com valor econômico, a firma de
MARIA DILMA DE ALENCAR, do fe.
São Paulo, 11 de fevereiro de 2020. Em testê da verdade de
Qtd 1: Total R\$ 9,05

FILIPE CINCINATO DE ARAUJO - Escrevente Autorizado
SELO: Belo(s): 1 Ato: C11048AA-0886695e

47º REGISTRO CIVIL
Vila Guilherme
Esp.º 47
Avenida
Tel. 3999-6010

C11048AA0886695
VALOR ECONÔMICO 1
diretry.sp



Prefeitura do Município de Bertioga
Estado de São Paulo
Estância Balneária

Termo de Referência para elaboração do Plano de Trabalho

O Plano de Trabalho deverá ser elaborado em conformidade com o presente termo de referência, observando-se, no mais, as disposições da Lei Federal 13.019/2014, Seção VII, artigo 22, a Lei Federal 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a Resolução CNE/CEB04/2010, define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, em especial os Artigos 21, 22, 23, 24, 25, 55; a Resolução CNE/CEB 04/2009 que institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial; Lei 628/2004, que disciplina a Organização do Sistema Municipal de Ensino do Município de Bertioga e dá outras providências, em especial os Artigos 3, 4, 32, 33, 37, 38 e 39 e Artigo 4º Lei Complementar nº 123/2016. Assim, os planos de trabalho apresentados deverão seguir a estrutura e as orientações abaixo indicadas, a saber:

1. Dados de identificação da Organização da Sociedade Civil (OSC)

Identificação da OSC, seu representante legal e responsável técnico pelo projeto. Todos os campos constantes no modelo de Plano de Trabalho deverão ser preenchidos, conforme orientação autoexplicativa contida naquele documento.

2. Caracterização da Organização da Sociedade Civil (OSC)

Caracterização e histórico da OSC, quando iniciou suas atividades, principais áreas de atuação, missão, valores e objetivos, ações desenvolvidas e outras informações relevantes que possibilitem caracterizar a entidade.

3. Objeto do Termo de Colaboração.

O Termo de Colaboração que se pretende celebrar tem como finalidade ofertar o serviço de suporte ao atendimento educacional especializado para os alunos com necessidades educacionais especiais e suporte aos profissionais da educação infantil da Rede Pública Municipal de Ensino de Bertioga.

4. Público-alvo que será atendido através da execução do objeto do Termo de Colaboração:

Alunos e profissionais da Rede Pública Municipal de Ensino, Educação Infantil, Ensino Fundamental – Anos Iniciais – Regular e Educação de Jovens e Adultos, de ambos os sexos, especificamente:

1. Educandos matriculados na Rede Municipal de Ensino de Bertioga com Necessidades Educacionais Especiais em virtude de deficiência e/ou Transtornos Globais do Desenvolvimento

§

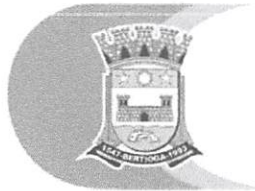
R

tt

Handwritten signature in blue ink.

Handwritten signature in blue ink.

Handwritten signature in blue ink.



Prefeitura do Município de Bertioga

Estado de São Paulo

Estância Balneária

(TGD), Transtorno desintegrativo da Infância (psicoses) que não realizem atividades escolares de alimentação, higiene e locomoção com autonomia e independência e necessitam de mediação com os objetos de aprendizagem;

2. Educandos matriculados na educação infantil da Rede Municipal de Ensino de Bertioga;
3. Profissionais da Rede Pública Municipal de Ensino.

5. Diagnóstico e justificativa.

O município de Bertioga atende, atualmente, 8.688 alunos¹ em sua Rede de Ensino, que conta com 30 unidades entre Creche, Ensino Infantil, Ensino Fundamental e Centro de Educação Especializado, como demonstra a tabela que segue:

Modalidade	Número de alunos	Número de classes
Creche	1.897	80
Ensino infantil	1.794	71
Ensino Fundamental	5.050	181
Centro de Educação Especializado	10	02
Total	8.751	334

Em relação à Educação Especial, há, nos dias atuais, um total de 207 alunos que necessitam de suporte especializado, distribuídos em 33 classes das unidades vinculadas a Secretaria de Educação.

A Prefeitura do Município, por meio da Secretaria de Educação, desenvolve política pública educacional voltada para o alcance da qualidade da educação para todos. Porém, dados do censo escolar e avaliações institucionais demonstram a necessidade de avanços e incremento na busca por uma educação mais inclusiva e de qualidade, visando transformar a cidade de Bertioga em um município educador, por meio de um novo olhar sobre o processo educacional e as iniciativas inovadoras.

Após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) – Lei Federal nº 9.394/1996 – o conceito de educação passou a abranger uma série de ações que buscam proporcionar não apenas ensino de qualidade para todos, mas, especialmente, a formação integral do cidadão.

¹ Conforme dados da Secretaria de Educação, considerando as matrículas vigentes no mês de agosto/2019.



Prefeitura do Município de Bertioga

Estado de São Paulo

Estância Balneária

Sob estes aspectos e diante da necessidade de um novo olhar sobre a educação, o Poder Público Municipal deve planejar ações estratégicas visando à implantação de benefícios e serviços educacionais que atendam a necessidade de toda a população da cidade de Bertioga, tal como a garantia de formação continuada aos profissionais da rede pública municipal de ensino, garantia de atendimento educacional especializado e suporte aos docentes da educação infantil.

6. Quanto ao prazo de execução

A parceria terá a duração de 12 (doze) meses, prorrogáveis até o limite de 60 (sessenta) meses.

7. Quanto aos objetivos do termo de colaboração.

Conforme as diretrizes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Diretrizes da Educação Infantil e da Política da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, devem ser considerados, no mínimo, os seguintes objetivos:

- “Garantia do acesso, permanência, qualidade e inclusão”.
- “Educar e cuidar”;
- “Promover a igualdade de oportunidades educacionais”;

Cuidado é a ação de cuidar (preservar, guardar, conservar, apoiar, tomar conta). O cuidado implica ajudar os outros, tentar promover o seu bem-estar e evitar que sofram de algum mal.

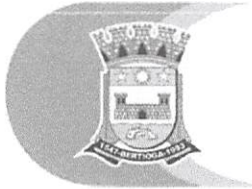
8. Quanto às metas de atendimento, devem ser observados os seguintes parâmetros:

Metas Quantitativas

- Garantir a disponibilidade de 100 (cem) agentes de apoio escolar no suporte aos alunos com necessidades educacionais especiais;
- Garantir a disponibilidade de 80 (oitenta) agentes de apoio escolar no suporte aos alunos e docentes da educação infantil – modalidade creche.

.Metas Qualitativas:

- Ofertar formação continuada aos profissionais da rede pública municipal de ensino e agentes de apoio escolar.
- Superação de situação de violação de direitos;
- Construção da autonomia;



Prefeitura do Município de Bertioga
Estado de São Paulo
Estância Balneária

- Cuidados em atividades de vida diária para aqueles que não apresentem autonomia para alimentação, higiene e locomoção;
- Mediação com os objetos de aprendizagem (livros, material pedagógico, professores);
- Manutenção da organização do ambiente educativo e materiais dos educandos;
- Parceria com os professores titulares da classe.

9. Quanto à forma de acesso:

- Secretaria de Educação;

10. Resultado esperado

Atendimento - organizado, coordenado, implementado, acompanhado e avaliado - às necessidades que permitam igualdade de acesso e permanência na escola, dos alunos matriculados na fase CRECHE da Educação Infantil e dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais, matriculados na Educação Básica, obrigatória, oferecida pelo município.

11. Os serviços a serem executados devem obedecer aos parâmetros indicados, observando-se, no mínimo, as seguintes diretrizes:

- Garantir aos educandos igualdade de condições de acesso, reingresso, permanência e sucesso na escola; inclusão;
- Assegurar padrão de qualidade na oferta da educação escolar;
- Respeito à liberdade e aos direitos;
- Consideração sobre a inclusão, a valorização das diferenças e o atendimento à pluralidade e à diversidade cultural, resgatando e respeitando as várias manifestações de cada comunidade;
- Concepção de escola que exige a superação do rito escolar, desde a construção do currículo até os critérios que orientam a organização do trabalho escolar em sua multidimensionalidade, que privilegia trocas, acolhimento e aconchego, para garantir o bem-estar de crianças, adolescentes, jovens e adultos, no relacionamento entre todas as pessoas.

12. Para a execução do serviço deve ser adotada a seguinte metodologia:

Deverão ser apresentadas as informações relativas à metodologia adotada pela OSC.

13. Monitoramento e avaliação

Para o monitoramento e avaliação dos serviços executados por meio do presente Termo de Colaboração devem ser utilizados, no mínimo, os seguintes indicadores, ações e instrumentos:

Indicadores (a grade de indicadores pode ser ampliada)

§

R

U

R
A
A

J



Prefeitura do Município de Bertioga

Estado de São Paulo

Estância Balneária

- Percentual de alunos com necessidades educacionais especiais atendidos;
- Percentual de alunos da educação infantil atendidos;
- Percentual de salas de aula da educação infantil atendidas;
- Percentual de profissionais da rede pública municipal de ensino atendidos.

Meios de Monitoramento e Avaliação (podem ser adotados outros meios de monitoramento e avaliação além desta grade mínima)

- Acompanhamento do plano de trabalho considerando o alcance dos objetivos, metas e resultados, por meio de:
 - Acompanhamento diário pela equipe técnica nas unidades de execução;
 - Acompanhamento pelos Professores de Educação Básica I, Professores de Educação Básica II, Professores de Primeira Infância e Gestores nas unidades de execução;
 - Relatórios mensais direcionados à Secretaria de Educação das atividades realizadas, dificuldades encontradas e alcance de resultados;
 - Reuniões bimestrais com equipe técnica do serviço com responsável pela Coordenação de Ensino da Secretaria de Educação para avaliar a execução e resultado;

14. Em relação aos recursos físicos e materiais necessários para execução do Termo de Colaboração, devem ser observados os seguintes parâmetros:

14.1 Local

As ações serão desenvolvidas nas unidades da Secretaria de Educação da Prefeitura do Município de Bertioga, cuja listagem é apresentada no anexo I, conforme determinação da Secretaria de Educação.

14.2. Recursos Humanos

O quadro de recursos humanos deverá dispor dos profissionais indicados na listagem abaixo, necessárias em razão das especificidades do serviço, contemplando as seguintes categorias e respectivas atribuições:

COORDENADOR

Perfil	<ul style="list-style-type: none">• Formação Mínima: Formação Mínima: Nível superior em Psicologia, Terapia Ocupacional ou Pedagogia com habilitação em Psicopedagogia.• Experiência comprovada, de, no mínimo, 02 (dois) anos, em funções administrativas, conhecimento na área de gestão de
--------	--

8

R

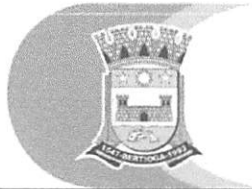
llh

Jr

A

ca

Jr



Prefeitura do Município de Bertioga

Estado de São Paulo

Estância Balneária

	• pessoas e projetos, preferencialmente projetos pedagógicos.
Quantidade	• 01 (um) profissional
Principais Atividades Desenvolvidas	<ul style="list-style-type: none">• Gestão da entidade• Elaboração, em conjunto com a equipe técnica e demais colaboradores, do projeto político-pedagógico do serviço• Organização da seleção e contratação de pessoal e supervisão dos trabalhos desenvolvidos• Articulação com a Secretaria de Educação
Carga horária	• 40 horas semanais

SUPERVISÃO TÉCNICA

Perfil	<ul style="list-style-type: none">• Formação Mínima: Nível superior em Psicologia, Terapia Ocupacional ou Pedagogia com habilitação em Psicopedagogia.• Experiência no atendimento a crianças
Quantidade	• 05 (cinco) profissionais
Principais Atividades Desenvolvidas	<ul style="list-style-type: none">• Elaboração, em conjunto com o/a coordenador(a) e demais colaboradores, do Projeto Político Pedagógico do serviço;• Apoio na seleção dos cuidadores/educadores e demais funcionários;• Capacitação e acompanhamento dos cuidadores/educadores e demais funcionários;• Apoio e acompanhamento do trabalho desenvolvido pelos educadores/cuidadores;• Organização das informações dos alunos, na forma de prontuário individual;• Subsidiar o coordenador e os membros da equipe, em questões administrativas.
Carga horária	• 40 horas semanais

AGENTE DE APOIO ESCOLAR

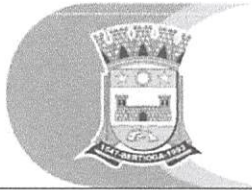
Perfil	• Formação Mínima: Ensino Médio
Quantidade	• 180 (cento e oitenta) profissionais
Principais Atividades Desenvolvidas	<ul style="list-style-type: none">• Realizar a recepção do aluno na escola, acompanhá-lo até a sala de aula e, ao término das atividades, conduzi-lo até o portão da escola, dentro do seu horário de trabalho;• Auxiliar nas atividades de higiene, como higiene bucal, troca de vestuário e/ou fraldas e absorventes, durante o período em que o aluno permanecer na escola, inclusive no Atendimento Educacional Especializado (AEE), nas atividades extracurriculares e nos dias de reposição de aulas;• Favorecer a autonomia dos educandos, considerando as suas especificidades, potencialidades e necessidades;• Acompanhar o educando no horário do intervalo, até o

§

R

tt

Handwritten signatures and marks on the right margin.



Prefeitura do Município de Bertioga

Estado de São Paulo

Estância Balneária

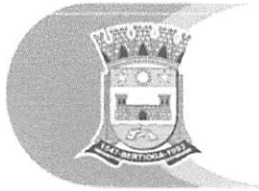
	<p>local apropriado para a alimentação, auxiliá-lo durante e após as refeições, bem como na sua higiene, encaminhando-o, a seguir, à sala de aula;</p> <ul style="list-style-type: none">• Dar assistência nas questões de mobilidade para educandos cadeirantes e/ou com mobilidade reduzida, nos diferentes espaços escolares, Atendimento Educacional Especializado (AEE), atividades extracurriculares e transporte escolar, transferência de cadeira de rodas para outros mobiliários, apoio na locomoção para os vários ambientes e/ou atividades escolares, assim como nos cuidados quanto ao posicionamento adequado às condições dos educandos;• Zelar pela higiene e manutenção dos materiais utilizados para alimentação e higiene dos alunos;• Preencher sistematicamente, conforme orientações da Secretaria de Educação, os registros de atendimento e ocorrências para o acompanhamento dos alunos;• Comunicar ao professor responsável pela classe e equipe gestora da Unidade Escolar as ocorrências e demandas relacionadas aos alunos;• Seguir orientações dos profissionais da escola e equipe técnica pertinentes ao atendimento dos educandos;• Participar das formações propostas pela Secretaria de Educação, quando convocados.• Organização do ambiente (espaço físico e atividades adequadas ao grau de desenvolvimento de cada aluno)
Carga horária	<ul style="list-style-type: none">• 40 horas semanais

AUXILIAR ADMINISTRATIVO

Perfil	<ul style="list-style-type: none">• Formação Mínima: Ensino Médio
Quantidade	<ul style="list-style-type: none">• 2 (dois) profissionais
Principais Atividades Desenvolvidas	<ul style="list-style-type: none">• Bom conhecimento em informática (Pacote OFFICE e desenvoltura com sistema);• Conhecimento contábil;• Conhecimento lei 13019/2014 e suas alterações;
Carga horária	<ul style="list-style-type: none">• 40 horas semanais

ENCARREGADO DE RECURSOS HUMANOS

Perfil	<ul style="list-style-type: none">• Formação Mínima: Ensino Médio
Quantidade	<ul style="list-style-type: none">• 4 (quatro) profissionais
Principais Atividades Desenvolvidas	<ul style="list-style-type: none">• Bom conhecimento em informática (Pacote OFFICE e desenvoltura com sistema);• Conhecimento de Recursos Humanos;
Carga horária	<ul style="list-style-type: none">• PJ



Prefeitura do Município de Bertioga
Estado de São Paulo
Estância Balneária

COORDENADOR GERAL

Perfil	<ul style="list-style-type: none">Formação Mínima: Ensino Médio ou Superior
Quantidade	<ul style="list-style-type: none">2 (dois) profissionais
Principais Atividades Desenvolvidas	<ul style="list-style-type: none">Coordenar todos os aspectos do projeto para que ele se efetive;Gestão, Organização, Estimativa de custos e cronograma do projeto;
Carga horária	<ul style="list-style-type: none">PJ

AUXILIAR DE COORDENAÇÃO GERAL

Perfil	<ul style="list-style-type: none">Formação Mínima: Ensino Médio ou Superior, com experiência em administração.
Quantidade	<ul style="list-style-type: none">1 (um) profissional.
Principais Atividades Desenvolvidas	<ul style="list-style-type: none">Atividades relacionadas à entrada e saída de documentos, preparação de relatórios, formulários, planilhas, acompanhamento dos processos administrativos, suporte à área de materiais e de Recursos Humanos.
Carga horária	<ul style="list-style-type: none">PJ

SERVIÇOS TERCEIRIZADOS – SERVIÇOS DIVERSOS

Perfil	<ul style="list-style-type: none">Serviços Gerais de Manutenção e Limpeza
Quantidade	<ul style="list-style-type: none">A ser determinado pela empresa contratada.
Principais Atividades Desenvolvidas	<ul style="list-style-type: none">Serviços de manutenção predial, de ar condicionado etc, bem como limpeza da sede e locais de prestação de serviços a serem determinados pela entidade
Carga horária	<ul style="list-style-type: none">PJ

Situações Excepcionais – o número de agentes de apoio escolar poderá sofrer alteração de acordo com as especificidades da demanda. Nesta hipótese o plano de trabalho sofrerá as adequações necessárias mediante apostilamento ou aditamento, nos termos da Lei.

14.3. Recursos Financeiros

A aplicação dos recursos financeiros deverá ser apresentada de forma detalhada considerando como referência a seguinte estimativa de custos. O valor global estimado do Termo de Colaboração é de R\$ 7.791.620,64.

§

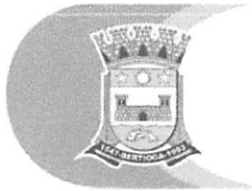
R

U

A

Q

J



Prefeitura do Município de Bertioga

Estado de São Paulo

Estância Balneária

Despesas com Recursos Humanos e Encargos

Para o cálculo das despesas com recursos humanos serão adotados os seguintes parâmetros mínimos como referência:

Salário Base	(R\$ valor do salário base mensal)
Encargos	
FGTS Empresa	8% sobre o Salário Base
INSS Patronal	20% sobre o Salário Base
Contribuição Risco de Acidente do Trabalho (RAT)	3% sobre o Salário Base
Contribuição para Terceiros	4,5% sobre o Salário Base
PIS sobre a folha de pagamento	1%
Vale Transporte	22 dias úteis x R\$ 6,80 menos até 6% do Salário Base para jornada de 40 ou 30 horas semanais em horário administrativo
Vale Alimentação	R\$ 300,00
Provisão de 1/12 avos de 13º Salário Proporcional	R\$ (Salário Base / 12)
Provisão de 1/12 avos de Férias Proporcional	R\$ (Salário Base / 12)
Provisão de 1/3 sobre Férias Proporcional	R\$ (Salário Base / 3) / 12
Provisão de FGTS devido pela empresa sobre 13º e Férias Proporcional	8% sobre as provisões de férias e 13º Salário
Provisão de INSS devido pela empresa sobre 13º e Férias Proporcional	20% sobre as provisões de férias e 13º Salário
Provisão de Contribuição para o RAT sobre 13º Salário e Férias proporcional	3% sobre as provisões de férias e 13º Salário
Provisão de Contribuição para terceiros sobre 13º Salário e Férias proporcional	4,5% sobre as provisões de férias e 13º Salário

Salários-base de referência / Encargos Projetados

Cargo/Função	Salário Base de Referência (R\$)	Encargos (R\$)	Custo Unitário Estimado (R\$)	Quantidade	Custo mensal estimado (R\$)	Custo total estimado (R\$)
Coordenador	3.744,00	2.059,68	5.803,68	1	5.803,68	69.644,16
Supervisor técnico	3.380,00	1.888,60	5.268,60	5	26.343,00	316.116,00
Agente de apoio escolar	1.622,40	1.062,53	2.684,93	180	483.287,04	5.799.444,48
Auxiliar	1.400,00	984,00	2.384,00	2	4.768,00	57.216,00



Prefeitura do Município de Bertioga

Estado de São Paulo

Estância Balneária

Administrativo						
Encarregado de Recursos Humano - PJ	3.200,00	0,00	3.200,00	4	12.800,00	153.600,00
Coordenador Geral - PJ	5.000,00	0,00	5000,00	2	10.000,00	120.000,00
Auxiliar de Coordenação Geral- PJ	3.800,00	0,00	3.800,00	1	3.800,00	45.600,00
Serviços Terceirizados - Serviços Diversos					7.500,00	90.000,00
Encargos com Exames Admissionais, Demissionais, Periódicos e Laudos PCMSO e PPRA					15.000,00	180.000,00
Estimativa Total					569.301,72	6.831.620,64

Gastos por fonte

Categoria de Despesa	Estimativa Mensal	Estimativa Total
1. Pessoal e Encargos	R\$ 569.301,72	R\$ 6.831.620,64
2. Manutenção do serviço	R\$ 40.000,00	R\$ 480.000,00
3. Despesas Indiretas	R\$ 40.000,00	R\$ 480.000,00
Custo Total Estimado	R\$ 649.301,72	R\$ 7.791.620,64

De acordo com o artigo 46 da Lei nº 13.019/2014, poderão ser pagas, entre outras despesas, com recursos vinculados à parceria:

- I- remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive pessoal próprio da OSC, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamento de impostos, contribuições sociais, FGTS, férias, 13º salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas;
- II- diárias referentes a deslocamentos, hospedagem e alimentação nos casos em que a execução da parceria assim o exija;

§

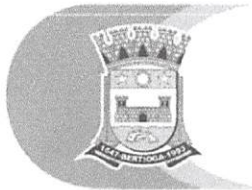
R

U

J

J

J



Prefeitura do Município de Bertioga

Estado de São Paulo

Estância Balneária

III- custos indiretos necessários à execução do objeto, seja qual for a proporção em relação ao valor da parceria.

IV- aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e serviços de adequação do espaço físico, desde que necessários à instalação dos referidos equipamentos e materiais.

O Decreto Federal nº8.726/2016, em seu artigo 3º, diz: "Os custos indiretos necessários à execução do objeto, de que trata o Inciso III do caput do artigo 46 da Lei nº13.019/2014, poderão incluir, entre outras despesas, aquelas com internet, transporte, aluguel, telefone, consumo de água e luz, remuneração de serviços contábeis e de assessoria jurídica."

Cronograma de Desembolso

O desembolso máximo dos recursos financeiros dar-se-á mensalmente, pelo período de 12 (doze) meses, em 12 (doze) parcelas iguais.

Mês	Desembolso (R\$)
1º Mês	R\$ 649.301,72
2º Mês	R\$ 649.301,72
3º Mês	R\$ 649.301,72
4º Mês	R\$ 649.301,72
5º Mês	R\$ 649.301,72
6º Mês	R\$ 649.301,72
7º Mês	R\$ 649.301,72
8º Mês	R\$ 649.301,72
9º Mês	R\$ 649.301,72
10º Mês	R\$ 649.301,72
11º Mês	R\$ 649.301,72
12º Mês	R\$ 649.301,72
Total	R\$ 7.791.620,64



Prefeitura do Município de Bertiooga
Estado de São Paulo
Estância Balneária

**ANEXO I -
RELAÇÃO DAS UNIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE BERTIOGA**

• **ESCOLAS**

1. **EMEIF Caiubura**

Endereço: Rua 01, nº. 520 e 523 - Caiubura.

2. **EM Giusfredo Santini**

Endereço: Rua Epiphânio Batista nº. 66 – Jd. Vicente de Carvalho II

3. **EM Dr. Dino Bueno**

Endereço: Rua José Rodrigues, nº. 15 - Bairros Clipper \ Centro

4. **CEE – Marco Antonio Del Corso Rodrigues**

Endereço: Rua Jorge Ferreira, nº. 586 - Bairros Clipper \ Centro

5. **EM Profº Delphino Stockler de Lima**

Endereço: Avenida Manoel da Nóbrega, s/nº - Jardim Lido.

6. **EM Prof. José Inácio Hora**

Endereço: Rua Dr. Rodrigues Alves, 759 - Jardim Paulista.

7. **EMEI Jardim Albatroz**

Endereço: Rua Cinco s/nº - Jardim Albatroz II

8. **EM José de Oliveira Santos**

Endereço: Rua Cardeal Emile Biayenda nº. 248 - Jardim Rio da Praia

9. **EM Professora Cristina Santos**

Endereço: Rua Pastor Djalma da Silva Coimbra, S/Nº - Jd. Rio da Granja

10. **EM Genésio Sebastião dos Santos**

Endereço: Rua Aprovada, nº. 602 – Bairro Chácaras

11. **EM Professora Maria Lucia Soares Monteiro**

Endereço: Estrada 4 nº 301 - Chácara V. Linda

12. **EM Jardim Vista Linda**

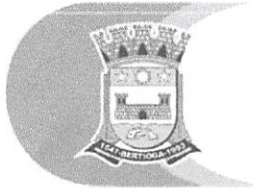
Endereço: Rua: Luiz Otávio nº. 200 - Vista Linda

13. **EM Hilda Strenger Ribeiro**

\$

R

Handwritten signatures in blue ink on the right side of the page.



Prefeitura do Município de Bertioga
Estado de São Paulo
Estância Balneária

Endereço: Avenida Anchieta, nº. 8619 - Jardim Vista Linda.

14. EM José Ermírio de Moraes Filho

Endereço: Rua Victorio Guidolin s/ nº. - Jardim Remanso.

15. EM Gov. Mário Covas Júnior

Endereço: Avenida São Lourenço, nº. 2160 – Riviera de São Lourenço.

16. EM Professora Miriam de Assis

Endereço: AV. Engenheiro Durval Gago Lourenço, s/nº - Jardim São Lourenço.

17. EM José Carlos Buzinaro

Endereço: Praça A, nº. 15 - Quadra A Praia de Guaratuba.

18. EMEIF Boracéia

Endereço: Rua Professor Geraldo Rodrigues Montemor nº. 295 – Baln. Mogiano

19. EMIG Nhembo 'e' á Porã

Avenida Guarani, 1500 Aldeia Indígena Rio Silveira / Boracéia CEP 11.600-000.

• **NEIM'S**

1. NEIM Elizabeth Regina Aparecida Garcia

Endereço: Rua 1, nº. 501 – Jardim Vicente de Carvalho II

2. NEIM Professora Zilmar Moura dos Santos

Endereço: Rua Cardeal Emile Biayenda, nº. 248 - Jardim Rio da Praia.

3. NEIM Mangue Seco

Endereço: Rua 20, nº. 133 – Jd. Rio da Granja

4. NEIM Professora Irene Vaz Pinto Lyra

Endereço: Rua Dr. Pedro Uzzo, 875 - Jd. Raphael

5. NEIM Chácara Vista Linda

Endereço: Rua Lincoln Bolívar Neves, 15 - Chácara Vista Linda.

6. NEIM Teodoro Quirino

Endereço: Rua Victório Gridolin, s/nº - Jardim Indaiá.

7. NEIM Guaratuba

Endereço: Praça A, nº. 15 - Praia de Guaratuba.



Prefeitura do Município de Bertioga
Estado de São Paulo
Estância Balneária

8. NEIM Boracéia

Endereço: Avenida Tenente Afio Pecararo Júnior s/ nº. – Boracéia

9 - NEIM Oswaldo Justo

Endereço: Eng. Arq. da Costa Junior, s/nº - Bairro Chácaras

10 – NEIM Amilton José Do Amparo

Endereço: Rua Luiz Pereira de Campos, 697 – Centro

- *CENTRO DE FORMAÇÃO*

1. CENTRO DE FORMAÇÃO ANTONIO ERMÍRIO DE MORAES

Endereço: Avenida Tomé da Souza, nº11.833 – Indaiá